

HABEAS CORPUS Nº 548.992 - PB (2019/0358568-5)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : PABLO EMMANUEL MAGALHAES NUNES E OUTROS
ADVOGADOS : PABLO EMMANUEL MAGALHAES NUNES - PB014942
PAULO SERGIO DE QUEIROZ MEDEIROS FILHO - PB022148
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : HIVISOM LIMA PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HIVISOM LIMA PEREIRA contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA - HC n. 0811077-18.2019.8.15.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do crime contra o patrimônio, sobrevivendo decisão que decretou sua prisão preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustentas os impetrantes que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da custódia cautelar do acusado.

Alegam que o réu faria jus ao benefício da liberdade provisória.

Aduzem que o paciente encontra-se segregado desde 27.6.2019 sem que tenha havido o término da instrução processual, o que revelaria o excesso de prazo da medida extrema.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja concedido ao acusado o direito de aguardar em liberdade o desfecho da ação penal, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do artigo 105, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

Superado esse óbice, verifica-se que a aventada ilegalidade do decreto construtivo não foi alvo de deliberação pela autoridade impetrada no aresto impugnado, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre o tópico, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.

A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS.
HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA.
REVOGAÇÃO. MATÉRIA NÃO ANALISADA NA ORIGEM.
SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. (...) AGRAVO REGIMENTAL
IMPROVIDO.*

1. A decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos por

Superior Tribunal de Justiça

estar em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

2. A matéria relativa à revogação da prisão não foi objeto de análise do Tribunal de origem, então, não poderá ser analisada por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

(...)

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no RHC 109.189/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 29/10/2019)

No mesmo vértice:

PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA E EXCESSO DE PRAZO. MATÉRIAS NÃO CONHECIDAS PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. (...) RECURSO EM HABEAS CORPUS NÃO PROVIDO.

1. Em relação à prisão preventiva e ao excesso de prazo, verifica-se que as irresignações da defesa não foram objetos de cognição pela Corte de origem, o que torna inviável a sua análise nesta sede, sob pena de incidir em indevida supressão de instância, conforme reiterada jurisprudência desta Corte. Precedentes.

(...)

7. Recurso em habeas corpus não provido.

(RHC 111.394/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 15/10/2019)

Com efeito, consoante consignado no aresto impugnado, a impetração não foi instruída com cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, peça processual indispensável para que se pudesse analisar a ilegalidade arguida.

Como se sabe, o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio documentos que evidenciem a pretensão aduzida, a existência do aventado constrangimento ilegal, ônus do qual não se desincumbiram os impetrantes, profissionais da advocacia.

Nessa direção orienta-se a jurisprudência pacífica desta colenda Corte Superior de Justiça:

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NO HABEAS CORPUS. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. (...) INSTRUÇÃO DEFICIENTE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

3. É pacífico o entendimento desta Corte Superior que o procedimento do habeas corpus não permite a dilação probatória, pois exige prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração.

4. Petição recebida como agravo regimental, ao qual se nega

provimento.

(PET no HC 501.290/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 27/08/2019)

No mesmo norte:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DOSIMETRIA. FALTA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. AGRAVO DESPROVIDO.

(...)

III - Como é cediço, o rito de habeas corpus demanda prova pré-constituída, apta a comprovar a ilegalidade aduzida, descabendo conhecer de impetração mal instruída, sem as informações essenciais para o deslinde da controvérsia. Precedentes.

Agravo regimental desprovido.

201901771865

(AgRg no HC 509.183/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019)

Finalmente, no tocante ao aventado excesso de prazo na prisão do paciente, é cediço que os prazos indicados na legislação pátria para finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso apenas pela sua soma aritmética, admitindo-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

Na espécie, o paciente foi preso em **27.6.2019**, ouvido em audiência e interrogado em juízo, tendo o magistrado singular informado que "*os autos encontram-se com a instrução processual concluída, em fase de alegações finais, no entanto, em face da comunicação da prisão do corréu Elimermerson Andrade da Silva, foi determinado por este juízo a realização de seu interrogatório*" (e-STJ fl. 25).

E, em consulta à página eletrônica da Corte de origem, constatou-se que já foram oferecidas alegações finais pelos acusados, inclusive pelo corréu cujo interrogatório foi determinado, não cabendo, portanto, falar em coação advinda de excesso de prazo, pois o processo, que envolve 6 (seis) réus acusados de vários crimes graves, vem tramitando regularmente, não havendo notícias de que esteja ocorrendo morosidade ou retardo excessivo na implementação das fases processuais, tampouco desídia ou inércia na prestação jurisdicional.

A propósito:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. DROGAS. PRISÃO CAUTELAR. RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. EXPRESSIVA QUANTIDADE DE ENTORPECENTE (986 G DE MACONHA) E EXISTÊNCIA DE OUTRO PROCESSO EM CURSO PELA PRÁTICA DE CRIME DE IDÊNTICA NATUREZA. ELEMENTOS IDÔNEOS. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA.

INEVIDÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. Inexiste constrangimento ilegal na prisão preventiva do recorrente, uma vez que decretada e mantida a bem da ordem pública, em razão da expressiva quantidade de droga apreendida (986 g de maconha) e da existência de outro processo em andamento pela prática de crime de mesma natureza.

2. Não há falar em excesso de prazo quando a ação penal, diante de suas particularidades e desdobramentos processuais, tramita sem extrapolar os limites da razoabilidade e, além disso, não se percebe a ocorrência de descaso do Juízo processante.

3. Recurso em habeas corpus improvido.

(RHC 111.672/AL, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 11/06/2019)

Com igual orientação:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 121, § 2º, INCISOS I E III, 213 E 250, § 1º, INCISO I, TODOS DO CÓDIGO PENAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. RÉU QUE RESPONDE EM OUTRA AÇÃO PENAL POR CRIME DIVERSO. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. TENTATIVA DE FUGA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. TESE DE EXCESSO DE PRAZO. EVENTUAL DEMORA NÃO PODE SER IMPUTADO AO JUÍZO. COMPLEXIDADE DO CASO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. RÉU PRONUNCIADO. SÚMULA N.º 21/STJ. SÚMULA N.º 64/STJ. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

(...)

4. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual eles têm sido mitigados pela jurisprudência dos Tribunais Pátrios, à luz do princípio da razoabilidade. Desse modo, somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando esse for motivado por descaso injustificado do Juízo processante, o que não se verifica na hipótese.

5. No caso, as instâncias ordinárias ressaltaram que o feito é complexo, envolve crimes graves e com diversas testemunhas a serem ouvidas, além do fato de que a "a defesa contribuiu para o prolongamento da instrução, tendo em vista ter formulado inúmeros pedidos e incidentes processuais". Incide, na hipótese, o entendimento consolidado na Súmula n.º 64/STJ no sentido de que "[n]ão constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa."

6. Ademais, o Recorrente já foi pronunciado - e a data de julgamento em Plenário no Tribunal do Júri foi designada para 23/05/2019 -, o que atrai a aplicação do Enunciado nº 21 desta corte, que dispõe que "[p]ronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução".

7. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art.

319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

8. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.

(RHC 109.053/AM, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 03/06/2019)

Na mesma direção:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO, HOMICÍDIOS QUALIFICADOS CONSUMADOS (POR DUAS VEZES), HOMICÍDIOS QUALIFICADOS TENTADOS (POR TRINTA VEZES) E CORRUPÇÃO DE MENOR. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. INCOMPATIBILIDADE COM A VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. MODUS OPERANDI. RISCO DE REITERAÇÃO (RÉU QUE RESPONDE A OUTRAS 7 AÇÕES PENAIS). PROTEÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO. AÇÃO PENAL COMPLEXA (6 RÉUS, ASSISTIDOS POR ADVOGADOS DIVERSOS, VÁRIOS CRIMES, INÚMERAS VÍTIMAS (30 SOBREVIVENTES) E TESTEMUNHAS, NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS E DIVERSOS PEDIDOS DE LIBERDADE PROVISÓRIA). CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

(...)

7. Eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional. Na espécie, a ação penal é complexa, porquanto figuram 6 réus, representados por advogados distintos, alguns inclusive pela Defensoria Pública, na qual são apurados diversos eventos criminosos, com inúmeras vítimas (30 sobreviventes) e testemunhas. Além disso, tem-se (i) a necessidade de expedição de cartas precatórias; (ii) a dificuldade em localizar algumas vítimas e testemunhas; (iii) a

Superior Tribunal de Justiça

necessidade de diligências; e (iv) os diversos pedidos de revogação da prisão cautelar, o que naturalmente exige maior tempo na execução dos atos processuais. Precedentes.

8. Habeas corpus não conhecido.

(HC 501.432/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 03/06/2019)

Irretocável, por conseguinte, o aresto impugnado, que concluiu que "*eventual alongamento da instrução do processo em epígrafe encontra-se justificado pelas particularidades do caso concreto, até porque a assertiva do excesso de prazo, no procedimento penal, estando o réu preso, é um dos maiores martírios no âmbito criminal, vez que nem sempre é simples ou possível concluir os feitos dentro do horizonte temporal que se considera plausível e, dessa forma, justo*" (e-STJ fl. 26).

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator